

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO ESPECIAL: PESQUISA E TRABALHO COLABORATIVO

Maíra Gomes de Souza da Rocha ¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta investigação que deu origem ao primeiro curso público de pós-graduação *lato sensu* na área da Educação Especial no Rio de Janeiro. Por meio de uma parceria público-público entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Fundação CECIERJ, a pesquisa teve como objetivo maior oportunizar formação de qualidade em nível de pós-graduação para profissionais da Educação atuantes em diferentes instituições de ensino de redes públicas e privadas, desenvolvendo suas práticas com estudantes que são público da Educação Especial. Tendo como referência teórica a perspectiva histórico-cultural, especificamente os pressupostos de Vigotski, o estudo se desenvolveu por meio da abordagem qualitativa de pesquisa com opção metodológica pela pesquisa-ação. Essa escolha foi realizada pela pertinência dessa modalidade com a efetivação de um trabalho colaborativo no qual todos os sujeitos participantes contribuem de forma bastante ativa. Podemos destacar, dentre os resultados: utilização de diferentes estratégias pedagógicas favorecedoras dos processos de ensino e aprendizagem; a importância do trabalho colaborativo entre toda a equipe da especialização e os próprios cursistas; dados que apontam baixos números de evasão e reprovação; desdobramento das discussões e construções teóricas nas diferentes realidades de ensino, por meio de produtos educacionais construídos ao longo do percurso de formação. Por fim, destacamos a importância de que cursos de formação na área da Educação Especial venham ser qualitativos, uma vez que são grandes os desafios da área e que profissionais da Educação devem estar cada vez mais preparados em sua atuação, sobretudo para realizar trabalho colaborativo e em prol dos do desenvolvimento dos estudantes num contexto de diversidade e em defesa de espaços escolares mais inclusivos.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Inclusiva, Formação de Professores, Pesquisa Colaborativa.

INTRODUÇÃO

Desde 2012, o Grupo de Pesquisa Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE/UFRRJ) tem se dedicado a realizar pesquisas voltadas o processo de escolarização de estudantes público da Educação Especial (Brasil, 2008). Temos então, nos debruçado nos estudos de pressupostos da perspectiva histórico-cultural, mais especificamente os trabalhados por Vigotski (1997; 2011) para tentar compreender o desenvolvimento impactado pela deficiência, em assim, buscar possibilidades para a prática pedagógica.

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro- RJ, mairagsrocha@gmail.com;



O desenvolvimento de estudantes com transtornos ou deficiências passa pelo reconhecimento de suas especificidades em internalizar a cultura a partir de diferentes instrumentos sociais e psicológicos (1997; 2011). Mas isso só é possível a partir de práticas que reconheçam a individualidade humana e a complexidade do processo de ensino e aprendizagem (Pletsch, 2020). Nesse sentido, as práticas pedagógicas são fundamentais para a efetivação dos processos de escolarização.

Nos estudos realizados pelo ObEE, observou-se a necessidade de investir cada vez mais em programas de formação para que profissionais em educação possam melhor compreender as especificidades de desenvolvimento dos estudantes público da Educação Especial, bem como dimensionar a relevância de suas práticas com eles.

Das investigações realizadas, emergiram dos dados, situações que, em nossa análise deveriam ser evitadas para que as práticas pedagógicas não sejam prejudicadas. Lembramos que de acordo com a perspectiva histórico-cultural, o professor, a partir da avaliação pedagógica, deve orientar e criar situações de aprendizagem que favoreçam a elaboração de conceitos que sejam coerentes e úteis à vida dos estudantes.

Vigotski já abordava sobre equívocos em relação à prática pedagógica com educandos que apresentam deficiência (Vigotski, 1997) e isso é algo que perdura atualmente conforme observamos. É importante ressaltar que não estamos defendendo que a prática pedagógica por si só garantirá que o processo de escolarização seja bem-sucedido e oportunize desenvolvimento. O que destacamos aqui é a importância do trabalho pedagógico planejado para este processo, tendo a responsabilidade de possibilitar aprendizagem para além da que é construída em outros contextos. Também é imprescindível enfatizar que não é nossa proposta culpabilizar professores e outros profissionais pelo que observamos, ao contrário. Observamos também os esforços para acolher os estudantes da melhor forma possível.

Além disso, a maioria dos profissionais participantes dos estudos, externalizaram preocupação em não saber como trabalhar com as especificidades de seus estudantes e a necessidade de terem acesso a programas de formação que colaborassem para as suas práticas no contexto escolar (Araújo, 2016; Rocha, 2014; 2018).

Considerando esses dados, realizamos parcerias com redes municipais de ensino e, por meio do Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense¹ foram propostos projetos voltados para a formação desses profissionais. Atividades de extensão contextualizadas em projetos de pesquisas que receberam apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



(FAPERJ). Elencaremos, desse modo, o mais recente que foi proposto, uma pós-graduação *latu sensu*, “Educação Especial e Inovação Tecnológica”. Essa especialização se efetivou por meio de uma parceria público-público da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ). Desenvolvida no contexto do projeto “Pesquisas e ações intersetoriais entre educação e saúde na promoção da escolarização e do desenvolvimento de crianças com síndrome congênita do zika vírus”, essa proposta de formação, contemplou não apenas professores, mas a diversos profissionais que atuam com estudantes público da Educação Especial com inscrições também disponíveis a profissionais de instituições privadas.

Apresentaremos os dados gerais do curso e como se desenvolveu e como o currículo da especialização foi pensado para que profissionais que atuam com esses estudantes, pudessem melhor compreender suas especificidades de desenvolvimento a partir dos conceitos trabalhados e da realização de atividades práticas. Propostas que se relacionassem diretamente com sua realidade escolar, para a construção de conhecimentos e reflexões a respeito dos processos de ensino e aprendizagem, por meio da proposta de trabalho colaborativo (Braun; Marin, 2016; Rocha; Souza; Souza, 2025).

Entendemos por trabalho colaborativo, uma perspectiva de atuação em conjunta em que saberes e responsabilidades são compartilhados, tendo em vista objetivos comuns para que processos de ensino e aprendizagem sejam favorecidos e, assim, o desenvolvimento seja propiciado em um ambiente em que reflexão e ação estão presentes.

Como referencial teórico, a teoria histórico-cultural foi adotada tendo em vista as suas contribuições para melhor compreensão do desenvolvimento humano impactado pela deficiência, conforme já mencionamos. Como objetivo geral, temos: Oportunizar formação continuada na área da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para profissionais da Educação Básica em nível de pós-graduação *latu sensu*.

METODOLOGIA

Por meio da pesquisa qualitativa e da opção metodológica da pesquisa-ação (André, 2005), a investigação foi desenvolvida tendo como público profissionais da Educação Básica - professores de turmas do ensino comum, profissionais de apoio escolar, equipes diretivas, dentre outros, das redes de ensino do Rio de Janeiro (públicas e privadas). Desde a primeira edição, a seleção foi realizada por meio de edital público



que foi gerido de acordo com as regras institucionais da UFRRJ. A opção pela metodologia da pesquisa-ação se deu pela natureza do trabalho colaborativo que iria se efetivar como parte da base epistemológica do projeto, e consequentemente, do curso.

Como as inscrições foram além das expectativas, o número de vagas foi ampliado, procurando-se atender a todos os profissionais que foram qualificados no processo seletivo que se constituiu de análise dos documentos entregues bem como dos memoriais escritos pelos candidatos. A mesma situação ocorreu nas segunda e terceiras edições, e, assim, já temos a expectativa de ter uma quarta turma deste curso.

Em formato semipresencial, a pós-graduação tem oferta de dez disciplinas contabilizando a carga horária de 420 horas. Desde a primeira turma, as atividades foram desenvolvidas por meio de propostas síncronas e assíncronas e os cursistas foram acompanhados por professores tutores de acordo com os polos do CECIERJ aos quais tinham suas matrículas atreladas. Semanalmente, os tutores realizam encontros de vídeo tutoria para orientação aos estudantes e para auxiliar nas tarefas propostas bem como elucidação de dúvidas e aprofundamento das reflexões. Esse movimento se dá também pela ação colaborativa entre docentes e discentes.

Como atividades assíncronas, utiliza-se a plataforma *moodle* para as postagens das propostas de exercícios e dos materiais de estudo. Além dos encontros síncronos de vídeo tutoria que são combinados de acordo com a realidade de cada grupo de cursistas, também, há aula pública semanal/quinzenal para todos os cursistas. A aula acontece via plataforma *Youtube*, com a explanação dos temas trabalhados nas disciplinas. Essas aulas são ministradas pelos coordenadores das disciplinas e por professores que são referências na literatura da Educação Especial, convidados para o enriquecimento das discussões.

A avaliação das atividades se dá por meio do acompanhamento dos professores tutores e do colegiado de coordenação tanto pelo que é observado nas discussões em tempo real, quanto das atividades assíncronas. Somando-se a isso, também é realizado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visando à elaboração de propostas de produtos educacionais para aproveitamento nas escolas e contribuição efetiva das práticas pedagógicas. Além do processo de orientação para a elaboração dos TCCs, é realizada a avaliação de cada proposta que também incluiu a análise de vídeos confeccionados pelos autores para a apresentação de seus trabalhos.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como principais resultados, podemos destacar primeiramente a abrangência do curso. Na primeira edição, foram efetivadas 1484 matrículas, tendo ao final uma taxa de evasão de apenas 28%. Este percentual é considerado baixo em cursos semipresenciais. No canal do *YouTube* do curso no qual foram transmitidas as aulas, estão disponíveis mais de 100 vídeos que já tiveram mais de 381.771 visualizações. Até o momento, o canal tem mais de nove mil inscritos.

Esses dados mostram o diferencial da proposta que por meio de plataforma *online* transformou suas aulas em acesso público, tanto no momento da ministração quanto por meio da possibilidade de se assistir às gravações para além dos cursistas matriculados.

As disciplinas, estas foram e são planejadas de forma colaborativa, levando-se em consideração aspectos e desafios gerais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, na atualidade. Participam deste processo, professores coordenadores, professores tutores e os próprios cursistas, por meio de reuniões de avaliações que são realizadas durante todo o processo. Na terceira edição do curso, foi realizado, inclusive, um seminário de meio termo como mais uma estratégia de avaliação colaborativa e participativa. A proposição e utilização de diferentes estratégias pedagógicas favorecedoras dos processos de ensino e aprendizagem tem sido observadas como um diferencial importante para o bom desempenho do curso (Rocha; Oliveira; Estef, 2025).

Foi observado em cada uma das disciplinas que algumas questões conceituais importantes para as práticas pedagógicas não eram conhecidas ou pouco impactavam no cotidiano de ensino. Na disciplina “Introdução à Educação Especial, Educação Inclusiva e Direitos Humanos” procurou-se resgatar a história e as mudanças políticas que impactaram no acesso das pessoas com deficiência à escolarização, mas sobretudo discutiu isso numa perspectiva de direito humano – algo que é impactante quando refletimos sobre o quanto que ainda temos que avançar para quebrar preconceitos e situações de exclusão. Comentários registrados por pessoas que assistiram a uma das aulas públicas, mostram:

A luta é grande, enfrento muitos desafios e preconceitos de alguns responsáveis! Quando percebem os alunos com necessidades especiais incluídos nas salas de aula, resistem! Para uma construção de uma sociedade mais inclusiva é preciso combater o preconceito contra as pessoas com deficiência (Registros em chat Data: 27/05/22).



As discussões nessa disciplina assim como os conceitos apresentados em “Psicologia e Processos de Ensino e Aprendizagem”, contribuíram para a reflexão de que o processo de escolarização deve contribuir para o desenvolvimento de todos os estudantes. Em pesquisas anteriores, ficou evidenciado que isso não ocorre com muitos dos que tem deficiência (Rocha, 2018; Souza; Dainez, 2016).

Por isso, em concordância com Souza e Dainez (2016), discutimos com os cursistas que é necessário problematizar as condições de escolarização desses sujeitos, principalmente dos que apresentam comprometimentos mais severos e que por isso têm ainda menos considerados os seus potenciais, como no caso do desenvolvimento de estruturas psicológicas superiores (Vigotski, 1997) – um dos conceitos trabalhados intensamente na segunda disciplina:

[...] assumindo que o desenvolvimento humano tem uma base orgânica que é impregnada da dimensão histórico-cultural e que a deficiência coloca em perspectiva a formação social e semiótica das funções psicológicas, problematizamos as condições, os modos de participação e as possibilidades de inserção de um aluno com deficiência múltipla no cotidiano escolar (Souza; Dainez, 2016, p. 61).

Essa problematização dos modos de participação e as possibilidades para a efetivação de uma escolarização que leve em conta o desenvolvimento humano, pressupõe pensar e buscar estratégias e recursos diferenciados para que estudantes com deficiência múltipla possam se comunicar e interagir com as propostas de atividades e temas/conceitos trabalhados no currículo escolar.

Considerando isso, a disciplina “Inovação Tecnológica, DUA e Tecnologia Assistiva”, abordou sobre a acessibilidade em suas diferentes dimensões e as diversas possibilidades que a Tecnologia Assistiva (TA) e a Comunicação Alternativa (CA) podem trazer para as práticas pedagógicas funcionando como instrumentos de compensação das deficiências (Rocha, 2018) – reflexão iniciada na disciplina anterior e que tomou um caráter bastante prático neste momento do curso.

Além disso, foi apresentada a perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem (Zerbato, 2018), conceito que perpassou por todo o curso. A apresentação de materiais que podem ser construídos pelos próprios docentes, inspirados nesses campos, contribuiu para que ao fim do curso fossem apresentados incríveis produtos educacionais. Identificamos comentários muito interessantes durante as aulas públicas profissionais percebendo que vale a pena continuar investindo nos recursos que já utilizam, pessoas dialogando sobre protocolos e conceitos que estavam sendo



apresentados – momentos de intensas trocas e construção de aprendizados como os trechos a seguir, exemplificam:

Como a criatividade é importante neste momento, criar meios para que a criança possa compreender melhor o que está sendo ensinado. Que aula maravilhosa! Trabalho com comunicação alternativa e vejo progressos no desenvolvimento dos discentes. Utilizo as pranchas com os meus alunos expressando as imagens que fazem parte do cotidiano de cada um. (PECS) é um sistema de comunicação que ressalta a relação interpessoal, em que ocorre um ato comunicativo entre o indivíduo com dificuldades de fala e um adulto, por meio de trocas de figuras. Por exemplo, eu tirei foto do banheiro da escola, da cantina, do parquinho etc.. Montei pec's (pranchas) para proporcionar uma comunicação com meu aluno com TEA (Registros em chat – Data: 15/07/22).

É importante ressaltar que comentários como este foram vistos por diversas pessoas para além dos cursistas, uma vez que as aulas são públicas e diversas pessoas acompanham as transmissões. A potência destas aulas se amplifica quando também lembramos que elas ficam gravadas no canal do curso, permitindo que um público ainda maior possa assistir.

Desta forma, evidencia-se mais um dado desta pesquisa: utilização de diferentes estratégias pedagógicas favorecedoras dos processos de ensino e aprendizagem. Além das aulas públicas, a realização de vídeo tutoriais, e, até mesmo a proposição de avaliações diferenciadas e interessantes de executar, como construção de “nuvens de palavras”, gravação de *podcasts*, construção de murais virtuais, como *padlets*, e outros...

Estratégias como estas também foram trabalhadas nas disciplinas como as de “Corpo, Movimento e Relações de Ensino” e “Brincar e Aprender”. Elas suscitaram discussões sobre como gestos o movimento do corpo pode se constituir como função psicológica superior, colaborando diretamente para o desenvolvimento. Isso é ainda mais importante quando o corpo é impactado pela deficiência.

A análise sobre o papel histórico e social da pessoa com deficiência nesse processo e o conceito das relações de ensino, ajudou a entendermos o quanto que as práticas pedagógicas são imprescindíveis. “Brincar e Aprender” também trabalhou a importância de jogos como elemento mediador na prática pedagógica e resgatar jogos da cultura popular estabelecendo relações com o processo de ensino e aprendizagem, numa proposta lúdica na perspectiva da Educação Inclusiva são diferenciais para que alunos, não importando se tem ou não deficiência venham a se desenvolver.

Nesta disciplina e nas seguintes, evidenciou-se nos fóruns de discussão o debate sobre a observação e a autoavaliação das práticas pedagógicas. Foi ressaltado por vários grupos que isso contribui para melhor intervenção nos processos de ensino e



aprendizagem bem como na identificação de como se pode mediar nestes processos. Evidencia-se que esse tipo de estratégia também se constitui numa prática colaborativa em cursos de formação. Estimula as pessoas a participares e contribui para a troca de saberes e experiências.

As disciplinas “Direito de Aprender e Relações de Ensino” e “Ensino Colaborativo, Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e Propostas Intersetoriais” ressaltaram que a função da escola está em mediar o conhecimento científico (Vigotski, 1997), sendo assim, o professor precisa oferecer situações formais de ensino e aprendizagem. Sendo o acesso à escola direito fundamental, aprender nesse espaço é algo que efetiva esse direito. Este processo passa pela mediação do ensino o que é desafiadora quando o sujeito tem consideráveis especificidades de desenvolvimento. Para tanto, as necessidades educacionais precisam estar evidentes para que suportes sejam pensados e mobilizados de acordo com essas especificidades – resalta-se no curso que vislumbrar isso sozinho é algo muito pesado, assim a atuação de forma colaborativa é sempre destacada como imprescindível neste cenário (Rocha; Souza; Souza, 2025).

Algumas questões foram levantadas pelos estudantes como fundamentais nesse processo: “Recursos humanos: é necessário uma agente de apoio à inclusão/mediador?”; “Recursos materiais como de TA e CA podem ser úteis na mediação?”; “Como serviços na escola podem dar suporte à prática pedagógica?”; “Como o AEE pode contribuir e trabalhar colaborativamente com o ensino comum?”; “Além dos suportes escolares, que parcerias intersetoriais são necessárias para que alunos e famílias possam ter uma rede de apoio?”. Esses aspectos também foram discutidos incansavelmente nas disciplinas “Processos Educacionais para Estudantes com Deficiência” e “Relação Família e Escola”. Fóruns de discussão assim como os registros dos encontros síncronos mostraram reflexões e possibilidades muito interessantes, por outro lado também evidenciaram uma grande preocupação com o que está expresso nos laudos dos alunos ou as dificuldades para o fechamento de diagnósticos médicos, algo muito relacionado a uma perspectiva clínica (Pletsch; Paiva, 2018).

Nas discussões, professores tutores e demais docentes que ministraram as aulas, procuraram ressaltar que mais do que está expresso num laudo, é necessário conhecer os sujeitos pois os laudos não os representam quando trabalhamos numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento humano. Documentações médicas são importantes até mesmo para viabilizar a efetivação de acesso a determinados direitos sociais, mas não expressam as possibilidades para o trabalho pedagógico e nem mostram as potencialidades que



podem ser identificadas mediante ao trabalho sistêmico e planejado que precisa ser desenvolvido nos contextos de ensino.

Nos temas trabalhados na disciplina “Processos Educacionais para Estudantes com Deficiência” procuramos discutir conceitos e as especificidades apresentadas. As atividades propostas procuraram por meio de casos de ensino, mostrar que todos os estudantes aprendem (Vigotski, 1997). Para tanto, precisam ser os estudantes com deficiência que devem ter garantido ainda mais tempo de qualidade na escola, maior atenção dos profissionais do espaço escolar e ter acesso às práticas pedagógicas pensadas e elaboradas com a maior qualidade possível. Infelizmente isso nem sempre acontece porque não há a compreensão de que têm potencial e acabam não sendo priorizados em meio às demandas dos ambientes educacionais.

Para o sucesso deste processo de desenvolvimento, também foi discutido que é importante que a escola se constitua como um espaço de trabalho colaborativo interno e externo (com as famílias e outros profissionais que atuem no acompanhamento do desenvolvimento desses sujeitos). Essa disciplina mais específica aos processos educacionais para pessoas com deficiência, mostrou que ainda são comuns práticas em que se condiciona a frequência dos alunos à presença de um profissional de apoio escolar/mediador e que esses estudantes ainda acabam ficando pouco na escola por conta de flexões de carga horária porque nem sempre as unidades escolares têm estrutura e recursos humanos para o seu acolhimento. Discutiu-se a seriedade dessas questões e que sistemas públicos e privados tem o dever de garantir condições adequadas para que haja real situação de escolarização.

Com relação aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), tivemos também uma proposta inovadora: mais do que a construção teórica para a avaliação de um texto construído com base nas postulações e pressupostos dos temas trabalhados ao longo do curso, o TCC deveria trazer a proposta de um produto educacional desenvolvido por um grupo de trabalho. Assim, um TCC construído coletivamente, também evidencia a importância de um trabalho colaborativo que é fundamental em um processo formativo que está voltado a profissionais que deverão trabalhar colaborativamente nos espaços educacionais.

Considerando as diferentes realidades escolares e a proposta de trabalho colaborativo, cursistas podem implementar os produtos em parceria com colegas de trabalho que também estavam realizando o curso. Desta forma, vemos também o caráter multiplicador desta proposta.



O processo do TCC mobilizou coordenadores do curso, professores tutores e professores externos, convidados. Professores tutores não puderam avaliar trabalhos de estudantes dos seus próprios grupos. Cada TCC passou pela análise de dois avaliadores que preencheram *Google Forms* para que por meio de trabalho de organização das informações, os pareceres fossem disponibilizados aos cursistas. Assim, sem o trabalho colaborativo de toda esta equipe com os próprios cursistas, esta atividade que se mostrou de grandes proporções, não teria sido realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos a pertinência da utilização de diferentes estratégias pedagógicas favorecedoras dos processos de ensino e aprendizagem bem como a importância do trabalho colaborativo entre toda a equipe da especialização e os próprios cursistas. Além disso, o desdobramento das discussões e construções teóricas nas diferentes realidades de ensino, por meio de produtos educacionais construídos ao longo do percurso de formação é outro aspecto que nos mostra a relevância deste processo formativo.

Além da qualificação em nível de especialização para diversos profissionais atuantes na educação, destacamos que o curso contribuiu para ampliar e consolidar parcerias entre a universidade pública e as escolas de Educação Básica, colaborando para a formação em aspectos que incidem diretamente em suas angústias e preocupações do trabalho pedagógico que já realizam. Os dados apontam baixos números de evasão e reprovação o que nos indica que o curso parece ser considerado pelos cursistas, como algo importante para a sua formação e prática.

A pós-graduação foi oportunidade para pensar, avaliar e construir recursos pedagógicos acessíveis, pautados nas áreas de TA e CA para serem usados no desenvolvimento da comunicação de estudantes não oralizados. Além disso, oportunizou conhecimentos sobre como ter acesso a aplicativos, *softwares* e tecnologias que contribuem não apenas para a escolarização, mas para inclusão social e qualidade de vida.

Os profissionais contemplados poderão ser multiplicadores das ideias e reflexões realizadas, em suas realidades escolares, também motivando a participação de outros profissionais em cursos subsequentes. Por ora, podemos ressaltar que estamos em vias de iniciar a quarta turma, nos indicando que esta proposta tem contribuído num cenário em que é cada vez mais necessária formação para a efetivação da escolarização, na perspectiva inclusiva.



Destacamos a importância de que cursos de formação na área da Educação Especial venham ser qualitativos, uma vez que são grandes os desafios da área e que profissionais da Educação devem estar cada vez mais preparados em sua atuação, sobretudo para realizar trabalho colaborativo e em prol dos do desenvolvimento dos estudantes num contexto de diversidade e em defesa de espaços escolares mais inclusivos.

Por fim, esperamos que as reflexões desenvolvidas no curso e a importância do trabalho colaborativo impactem nas práticas pedagógicas, tornando-as ainda mais atentas às especificidades dos estudantes. Também temos a expectativa de que a experiência de pesquisa que levou a essa formação possa contribuir para que professores venham a acreditar nos potenciais de aprendizagem e, conseqüentemente, desenvolvimento de seus estudantes com deficiência.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. de. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. **Série Pesquisa**; vol. 13, Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

ARAÚJO, D. F. de. **Formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva na Baixada Fluminense**. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu - RJ. 2016. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13158?locale=es> Acesso em: 20 outubro, 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

BRAUN, P.; MARIN, M. Ensino colaborativo: uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 193-215, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817352016193> Acesso em outubro, 2025.

PLETSCH, M. D.; PAIVA, C. de. Por que as escolas continuam “laudando” alunos com deficiência intelectual? *Revista Educação Especial*, 31(63), 1039 1054. 2018.

PLETSCH, M. D. O que há de especial na educação especial brasileira? **Momentos: Diálogos em Educação**, v. 29, n. 1, p. 57-70. Jan./-abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357> Acesso em: 22 maio 2025.

ROCHA, M. G. de S. da. **Processos de ensino e aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências no AEE à luz da teoria histórico-cultural**. 233 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar / PPGEduc / UFRRJ, Nova Iguaçu, RJ. 2014. Disponível em:



<https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/13013/3/2014%20-%20Ma%c3%adra%20Gomes%20de%20Souza%20Rocha.pdf> Acesso em: 14 ago. 2025.

ROCHA, M. G. de S. da. **Os sentidos e significados da escolarização de sujeitos com múltiplas deficiências**. 2018. 308 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu. 2018. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/9949/3/2018%20-%20Ma%c3%adra%20Gomes%20de%20Souza%20da%20Rocha.pdf>

ROCHA, M. G. de S. Da.; SOUZA, T. A. de; SOUZA, G. P. C. Ensino colaborativo e o plano educacional individualizado na perspectiva histórico-cultural. In: **Ensino Colaborativo e o Plano Educacional Individualizado Na Perspectiva Histórico-Cultural**. FELIZARDO, C. (Org.). Editora na Raiz. São Paulo, 2025.

ROCHA, M. G. de S. da; OLIVEIRA, M. C. P. de; ESTEF, S. A Avaliação como Estratégia de Acessibilidade e Inclusão no Processo Formativo de um Curso EAD. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. e2585, 2025. DOI: 10.18264/eadf.v15i2.2585. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/2585>. Acesso em: outubro, 2025.

SOUZA, F. F. de; DAINEZ, D. Condições e modos de participação de um aluno com deficiência múltipla no cotidiano escolar do ensino fundamental. In: **Cadernos de Pesquisa**. v. 23, n. 2, mai./ago. São Luís. MA, 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4616> Acessado em: outubro de 2025.

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos da defectologia (**Obras escogidas**) volume V. Visor. Madrid, 1997.

VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. In: **Educação e Pesquisa** v. 37, n.4, p. 861-870, dez., 2011.

ZERBATO, A. P. Desenho universal para aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa. **Tese (Doutorado em Educação Especial)** – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

